

"... Governo de Gestão até
as Presidenciais



Entrevista TLP
Jornalista: Manuel Bessa

Fundação Cuidar o Futuro

"O Jornal"

7 Junho 85

M. L. Pintasilgo a "O Jornal"

Eleições antecipadas seriam mesmo enredo com nova encenação



Entrevista de Manuel Beça Múrias

Maria de Lourdes Pintasilgo pensa que o Presidente da República devia nomear, agora, um Governo de gestão para preparar eleições presidenciais, uma vez que «é inútil insuflar de vida artificial um quadro político-partidário que já esgotou as suas possibilidades». E as presidenciais vão arrastar consigo, no entender da candidata, esse novo quadro, só assim se evitando que assistemos apenas a uma nova encenação, para o mesmo enredo e os mesmos protagonistas.

«O Jornal» — Nos seus encontros com apoiantes, é posta a questão de como resolver os problemas nacionais, como se se tratasse de uma candidata a primeiro-ministro. No caso de ser eleita presidente como responderia a esta inquietação do eleitorado?

M.L.P. — Percebe-se, facilmente, que os apoiantes levantam questões que, de facto, têm mais a ver com problemas do foro do Governo e que, à partida, não teriam de ser resolvidos por qualquer presidente. Isso prova que os governos deixaram acumular e agravar uma série de situações e, em função de incapacidade dos responsáveis. Tais questões são «remetidas» para o foro da Presidência da República.

Os entraves surgidos nas áreas mais ligadas ao quotidiano dos cidadãos, a saúde, a educação, o emprego, a habitação, para citar algumas, e o constante adiar de soluções correctas, transformou-os em grandes questões nacionais que um candidato à PR não pode deixar de tomar em mão.

P. — Como pode o PR tomar tais questões em mão?

R. — Perante uma tal situação, entendo que o PR deverá assegurar o estreito respeito da legalidade democrática — as leis fazem-se para serem cumpridas — e agir sempre como «procurador» último dos interesses de todos os portugueses.

Independência nacional, o que é?

P. — Como actuaria no desempenho da tripla função que o art.º 123 da Constituição confere ao PR: garante da independência nacional, de unidade do Estado e do funcionamento regular das instituições democráticas?

R. — Interpretando a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas não só no quadro da democracia política mas, também, no quadro de democracia económica, social e cultural.

P. — O que entende por independência nacional?

R. — A independência nacional, obviamente, não se limita à manutenção de integridade do território geográfico.

A análise da história dos países que, nos últimos 30 anos, adquiriram a independência, revela-nos que não basta a definição de fronteiras físicas. É necessário, também, assegurar a independência económica e cultural, tanto mais ameaçadas quanto mais se manifestam, no mundo, sistemas e modelos hegemónicos.

Por exemplo, as condições impostas pelo FMI, controlando o nível de produção, a taxa de desemprego e a taxa de inflação, a não serem renegociadas conduzem, a prazo, a um acréscimo da nossa dependência externa.

Ora se o PR é garante da independência nacional, cabe-lhe salvaguardar as condições necessárias para que essa independência não seja afectada. Tão pouco o Chefe do Estado, por mais difícil que seja a nossa situação económica, pode aceitar que Portugal tome atitudes mendigantes quer face a outros países quer face a organismos internacionais.

P. — Não acha que, em relação a estas questões, os portugueses são pouco informados pelos dirigentes políticos, se, será que, neste domínio, a liberdade de informação é um facto?

R. — A democracia política não tem funcionado de modo a dar a todos os portugueses a possibilidade de conscientemente participarem na gestão das coisas públicas. Os dirigentes ou simplesmente tiram do conhecimento público factores determinantes para o entendimento dos processos ou, ao referirem alguns, fazem-no de modo secretista e pseudo-especializado, utilizando uma linguagem que não faz sentido para a maior parte da população.

O entendimento da natureza democrática da Constituição permite ao PR actuar no sentido da clarificação destas ques-



Foto Pedro Múrias

Lourdes Pintasilgo

«É inútil pretender insuflar de vida artificial um quadro político-partidário que já esgotou as suas possibilidades»

tões e de fazer chegar aos cidadãos uma informação isenta a que têm direito.

P. — Como acha que deve actuar, no quadro constitucional, um PR, face a uma crise como a que se desenrolou esta semana?

R. — A crise desta semana aparece no termo de um processo que, sob a aparência de uma estabilidade política, esconde, afinal, uma permanente instabilidade.

Desde há seis meses que os dois membros de coligação vêm enchendo os noticiários com as dificuldades surgidas entre partidos ou no seio dos próprios partidos.

Este estado de coisas é, a bem ver, uma réplica do que já aconteceu com a coligação AD.

O carácter repetitivo da crise torna evidente que algo no sistema tem que ser modificado. Um certo rigor científico reivindica de experiência anterior a possibilidade de previsão do futuro. E sendo que a crise desta semana assinala inequivocamente a fase final de um mesmo ciclo, a atitude mais correcta será a de admitir a inevitabilidade de um novo sistema que deverá ter condições para nascer a tempo certo.

A atitude do PR seria, pois, de, para além dos meros incidentes, ver fundo a raiz da crise e assegurar, a tempo, a entrada

em funcionamento de mecanismos capazes de a atalhar.

O PR devia nomear um Governo de gestão

P. — Qual é, para si, neste momento, a solução mais adequada?

R. — Ao PR cabe, neste momento, o papel histórico de garantir condições tais, que possamos entrar num novo período de regular funcionamento das instituições democráticas.

A demissão do actual Governo e a formação de um Governo de gestão para preparar as eleições presidenciais em devido tempo é, entre outras, uma solução orgânica respeitadora da dignidade das instituições para a população.

É inútil pretender insuflar de vida artificial um quadro político-partidário que já esgotou as suas possibilidades.

Lamento que, uma vez mais, estejamos numa situação em que a AR é apenas espectadora das crises provocadas pelos dirigentes dos partidos, não assumindo os poderes que lhe cabem na resolução das crises governamentais.

Estamos, portanto, num país em que a chamada «política paralela» se revela com mais poder do que as instituições democráticas eleitas.

São os mecanismos da de-



mocracia representativa que, neste momento, estão em causa.

Legislativas antes das presidenciais: o mesmo enredo com outra encenação

P. — A solução não passará pela dissolução da AR?

R. — De modo algum. As eleições legislativas realizadas antes das presidenciais quando muito mudavam o cenário mas não iriam mudar os protagonistas. Teríamos o mesmo enredo, com outra encenação.

Não existem garantias de que, com os mesmos protagonistas, se modifique substancialmente o funcionamento da AR.

Teríamos, assim, que a dissolução da AR seria mais uma situação em que se faria funcionar os mecanismos formais da democracia representativa sem resultados palpáveis e, mais uma vez, não se iria ao fundo da questão política.

P. — Então, em seu entender, as eleições presidenciais arrastariam consigo um novo quadro político?

R. — É exactamente por isso que me candidato.

P. — Todos os partidos têm insistido na revisão constitucional. Quais lhe parecem ser os motivos que os levam a pedir essa revisão?

R. — A revisão da Constituição pode ser um alibi para se adiar para amanhã o que já hoje pode ser realizado.

Os que advogam, hoje, a revisão da Constituição são, em parte, os responsáveis por não terem sido accionados os mecanismos que a actual Constituição já contém.

A Constituição é a própria razão do meu programa

P. — Costuma referir-se à Constituição como se ela fosse o seu programa...

R. — O programa da minha candidatura consiste na explicitação das grandes linhas que permitem tornar viável, em Portugal, a democracia económica, social e cultural e revigorar a democracia política.

Se, por um lado, a Constituição é a própria razão do programa, o programa, esse, terá como objectivo principal enquadrar, de forma dinâmica, global e participativa, a Constituição que temos. Alguns dos seus capítulos estão integralmente por cumprir.

P. — Como está a ser feito o seu programa?

R. — Nas suas grandes linhas, já está feito. Candidato-me a partir de uma leitura, como já disse, dinâmica, global e participativa da Constituição. Tal leitura enuncia, para além dos princípios e intenções, as condições de uma prática política igualmente dinamizadora e englobante. Isso, pelo seu lado, será possível se a própria leitura do programa assentar no reconhecimento da participação como vertente imprescindível da vida democrática.

P. — É sabido que os seus apoiantes constituem um leque diversificado de posições. Como poderão assumir um entendimento comum?

R. — A plataforma comum não é apenas programática mas constrói-se à volta do candidato que, pela capacidade de criar uma larga base de consenso, dá maior garantia de solução das grandes questões nacionais.

Quem deve ser primeiro-ministro

P. — Seria vantajoso ou não ter atrás de si uma máquina partidária?

R. — Nunca tive atrás de mim uma máquina partidária. O que posso dizer é que a organização criada à volta da minha candidatura tem levado a bom termo as tarefas necessárias.

P. — Se vier a ser presidente convidará, sempre, para formar governo o «leader» do partido mais votado?

R. — Acerca da nomeação do PM, a Constituição diz apenas que o PR nomeia o PM ouvindo os partidos e tendo em conta os resultados eleitorais.

De qualquer modo, em Democracia, o Chefe do Estado, eleito pela maioria dos cidadãos, não pode ficar sujeito a jogos e combinações das cúpulas partidárias.

P. — Como justifica o facto de os grandes meios de comunicação não estarem a seguir a candidatura já anunciada?

R. — Não é de admirar que, sendo o critério de selecção de notícias o grau de especulação criada à volta dos protagonistas políticos «oficiais», não fique muito espaço para se interrogarem sobre o porquê dos acontecimentos ou para capta-



A candidata Pintasilgo
«Estamos num País em que a chamada 'política paralela' se revela com mais poder do que as instituições democráticas eleitas»

rem uma nova forma de pensar a política.

No entanto, se as condições políticas de base forem clarificadas, essas dificuldades serão, pouco a pouco, ultrapassadas.

As cartas a Marcello Caetano

P. — A publicidade dada às cartas escritas ao prof. Marcello Caetano não a prejudica?

R. — Depende da boa ou má fé com que forem lidas, tanto mais que aparecem fora do contexto de referência onde formalmente se integravam, e sem os documentos que as acompanhavam.

De qualquer forma, assumo inteiramente o itinerário da minha vida. As cartas que troquei com o prof. Marcello Caetano inserem-se, aí, sem qualquer problema.

É que a verdade nunca prejudica ninguém.

P. — Tem sinais de que os meios católicos apoiam a sua candidatura?

R. — Não há razão para imaginar o contrário. Há, hoje, uma grande diversidade na Igreja que leva muitos católicos

a empenharem-se activamente na construção de uma sociedade justa e fraterna.

Nesse empenho nos encontramos e, por isso, muitos católicos são apoiantes activos da minha candidatura.

P. — Nesta sociedade bloqueada, qual é a saída para a juventude? Qual é o papel da juventude nesta candidatura?

R. — A pergunta está feita como se se pudesse falar de uma juventude. Ora há múltiplas juventudes. E neste grupo etário, há tanta diversidade cultural ou social como há noutros grupos. Reduzir a juventude apenas a problemas de sobrevivência — o emprego, a habitação — parece-me uma projecção dos adultos. Ignorar esses problemas é, pelo contrário, mitificar uma juventude idílica e sem preocupações.

O papel da juventude nesta candidatura é um papel participativo como o dos outros cidadãos. O seu contributo depende só do seu empenhamento. Se a candidatura tem um espírito novo, do nosso tempo, não será natural que os jovens estejam envolvidos nela?

Fundação Cuidar o Futuro